



CRÉDITO & TRIBUTAÇÃO

Percepção dos Empresários do Setor de TI em
Relação ao Acesso ao Crédito e a Reforma Tributária

INTRODUÇÃO



Este relatório tem por finalidade apresentar os achados da pesquisa realizada entre outubro e novembro de 2020, junto aos empresários do setor de tecnologia da informação, a pedido da Federação Assespro, com o objetivo de capturar suas preocupações e percepções em relação a temas de interesse do setor, quais sejam:

- I) comportamento das empresas na pandemia;**
- II) acesso ao crédito, com enfoque especial no período da pandemia;**
- III) questões relativas à tributação.**

OBJETIVO GERAL



O objetivo geral do estudo é identificar elementos que possam nortear a construção de políticas públicas ativas de acesso ao crédito e de incentivo ao desenvolvimento do setor, particularmente no que diz respeito à tributação.

DESENHO METODOLÓGICO



A metodologia de pesquisa foi centrada no modelo de pesquisa de opinião do tipo sondagem, aplicado via web, de forma a incorporar as percepções e preocupações do setor empresarial em torno dos temas de interesse, tendo sido aplicada, prioritariamente, junto aos associados das entidades ligadas à Federação Assespro.

De forma a melhor definir o escopo e o alcance das perguntas incorporadas ao questionário foram realizadas 6 (seis) entrevistas com lideranças do setor, utilizando-se a metodologia de entrevista em profundidade, com o objetivo de mapear o horizonte de preocupação e a percepção em relação aos temas centrais da pesquisa, a saber: **I) acesso ao crédito;** e **II) reforma tributária.**

PESQUISA DE SONDAGEM

A pesquisa de sondagem foi aplicada junto aos empresários do Setor de Tecnologia da Informação e buscou medir a percepção dos empresários sobre os impactos de medidas tomadas pelo governo ou de propostas em discussão sobre o mercado, sobre a concorrência e sobre a competitividade sistêmica e individual.

Trata-se, portanto, da construção de dados primários, específicos do setor de tecnologia da informação, que poderão orientar tanto a elaboração de propostas de políticas públicas quanto a ação do setor privado.

Foram disponibilizados 3 (três) instrumentos diferentes e complementares de coleta: **i)** link para envio via e-mail; **ii)** script para inclusão de pop-up nas webpáginas das entidades representativas do setor; e **iii)** link para divulgação via mídias sociais.

A pesquisa foi estruturada em 03 (três) partes. A **primeira parte** abordou questões relacionadas à experiência dos empresários do setor na busca e na utilização de crédito. **A segunda parte** foi direcionada para o debate em torno da tributação, seus impactos, consequências e expectativas em relação às propostas de reforma tributária em discussão. A **parte final** da pesquisa busca qualificar o respondente individual e o tipo de ente empresarial que ele representa.

AMOSTRA



A amostra utilizada na pesquisa parte de um grau de confiança de 95% e uma margem de erro de 5% e considerou o número de associados à Federação Assespro.

Foi feito um esforço no sentido de garantir a presença de pelo menos 5 (cinco) respondente para cada Unidade da Federação representada na Federação Assespro. Resultou na participação de 320 associados e a pesquisa contou, ainda, com a participação de 157 respondentes que informaram não ser associados à Assespro.

Entretanto, é importante salientar, que devido ao cenário econômico conturbado experimentado pelo Brasil e pelo mundo, ao longo do ano de 2020, existe uma grande incerteza sobre o impacto da pandemia na continuidade das atividades de empresas em todos os segmentos da economia, inclusive no setor de TI. Em virtude disso, acreditamos que, mantida o grau de confiança de 95%, a margem de erro da pesquisa possa ser menor do que os 5% informados acima.

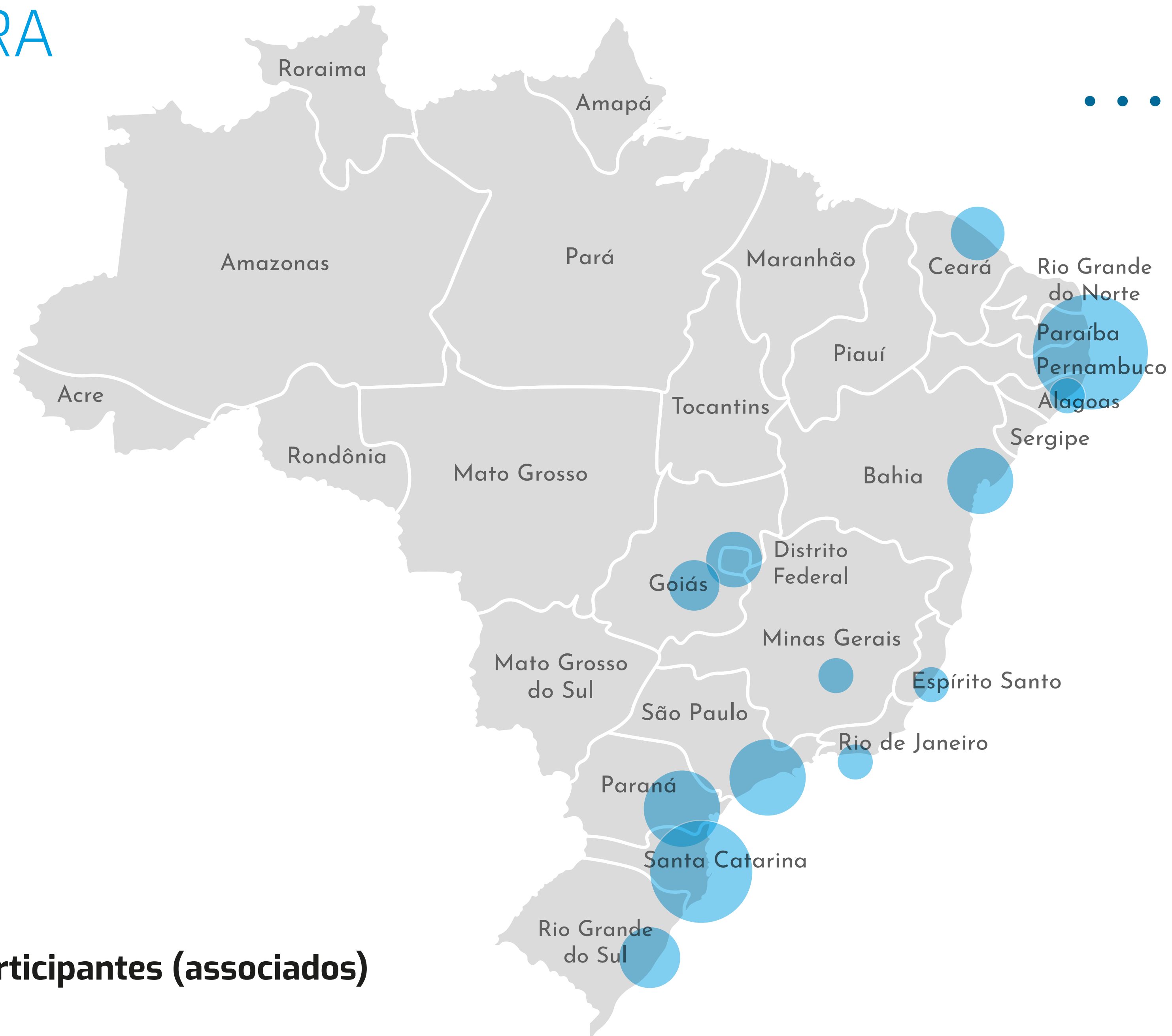
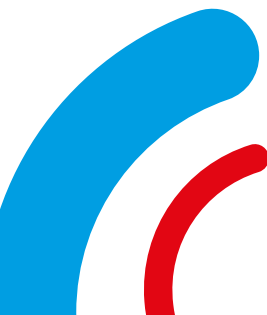


Figura 1
Distribuição dos participantes (associados)



A PESQUISA

A seguir, apresentamos os principais pontos relacionados à contextualização e qualificação do respondente.

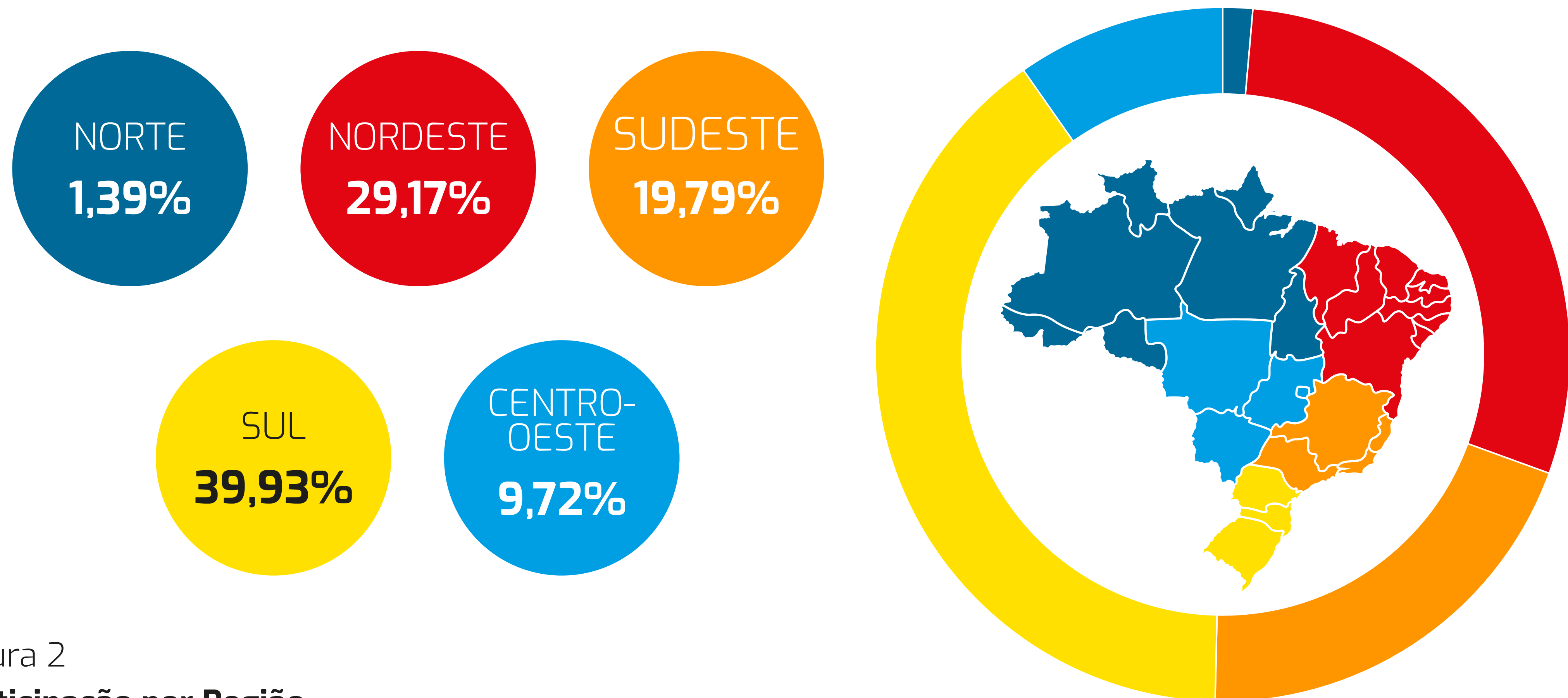


Figura 2
Participação por Região

A PESQUISA

477

NÚMERO DE PARTICIPANTES DA PESQUISA

60,17%

SÃO ASSOCIADOS À ASSESPRO

QUEM SÃO OS PARTICIPANTES DA PESQUISA?

66,08%
SÃO SÓCIOS

26,92%
DIREÇÃO SUPERIOR

PORTE DAS EMPRESAS PELO CRITÉRIO DE NÚMERO DE EMPREGADOS

15,93%
GRANDE PORTE

11,19%
MÉDIO PORTE

38,98%
EPP

33,90%
ME

93,04%

TEM PELO MENOS UM CURSO SUPERIOR

12,15%

DOS PARTICIPANTES SÃO MULHERES

56,12%

DAS EMPRESAS REPRESENTADAS NA PESQUISA TRABALHAM SOB O REGIME DE LUCRO PRESUMIDO OU LUCRO REAL.

41,16%

ESTÃO REGISTRADAS NO SIMPLES.

Figura 3

Infográfico Informações Gerais da Pesquisa

A PESQUISA

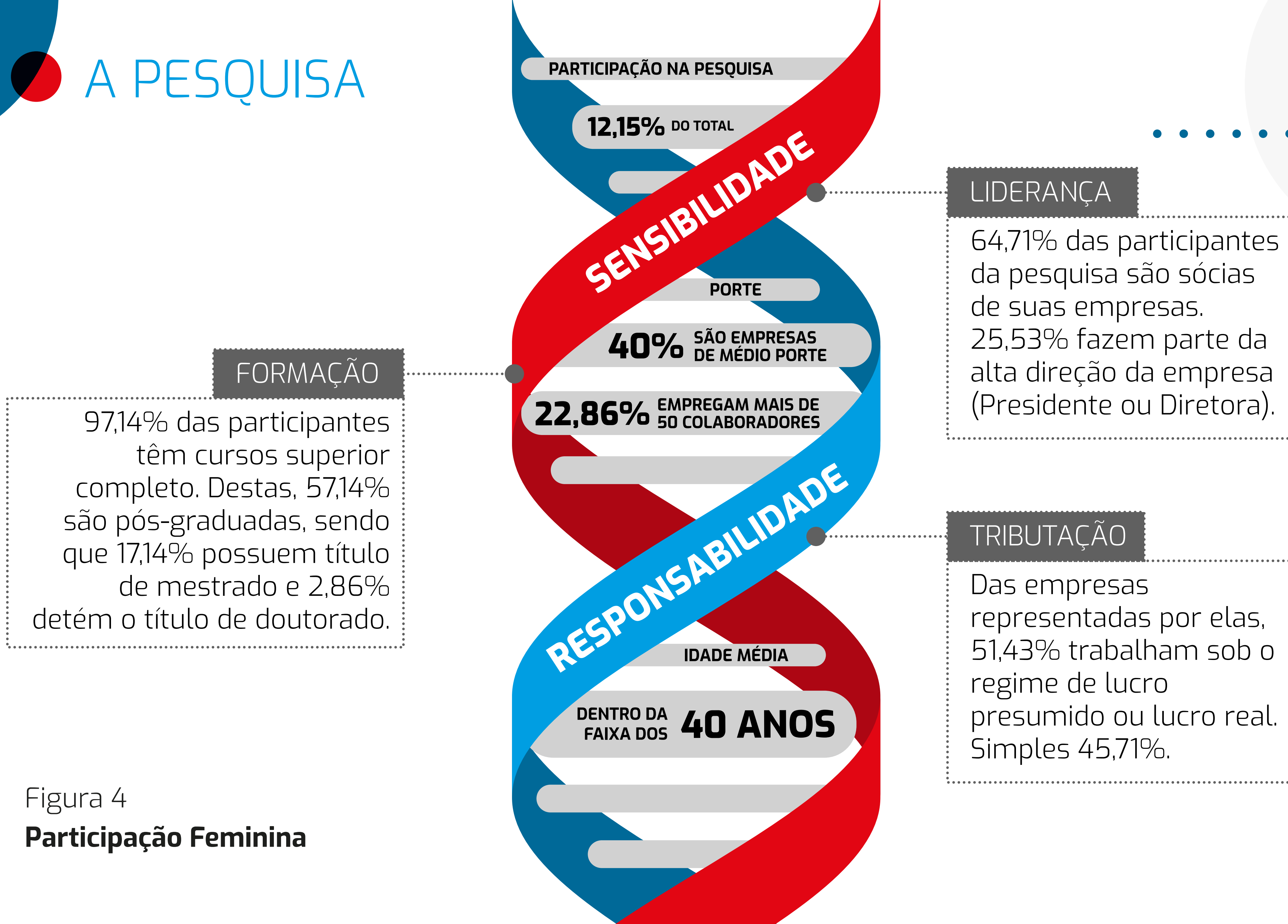


Figura 4
Participação Feminina

A PESQUISA

PARTICIPANTES

Informaram que alteraram sua forma de atuação em virtude da pandemia.

88,89%

Mudaram o regime de trabalho dos trabalhadores.

88,28%

Registraram queda de faturamento durante a pandemia.

62,37%

Reduziram o quadro de colaboradores.

47,24%

Passaram a enfrentar dificuldade no fluxo de caixa da empresa.

23,44%

Interromperam temporariamente suas atividades.

11,33%

Encerraram definitivamente suas operações.

0,39%

Figura 5
Impactos da Pandemia

A PESQUISA

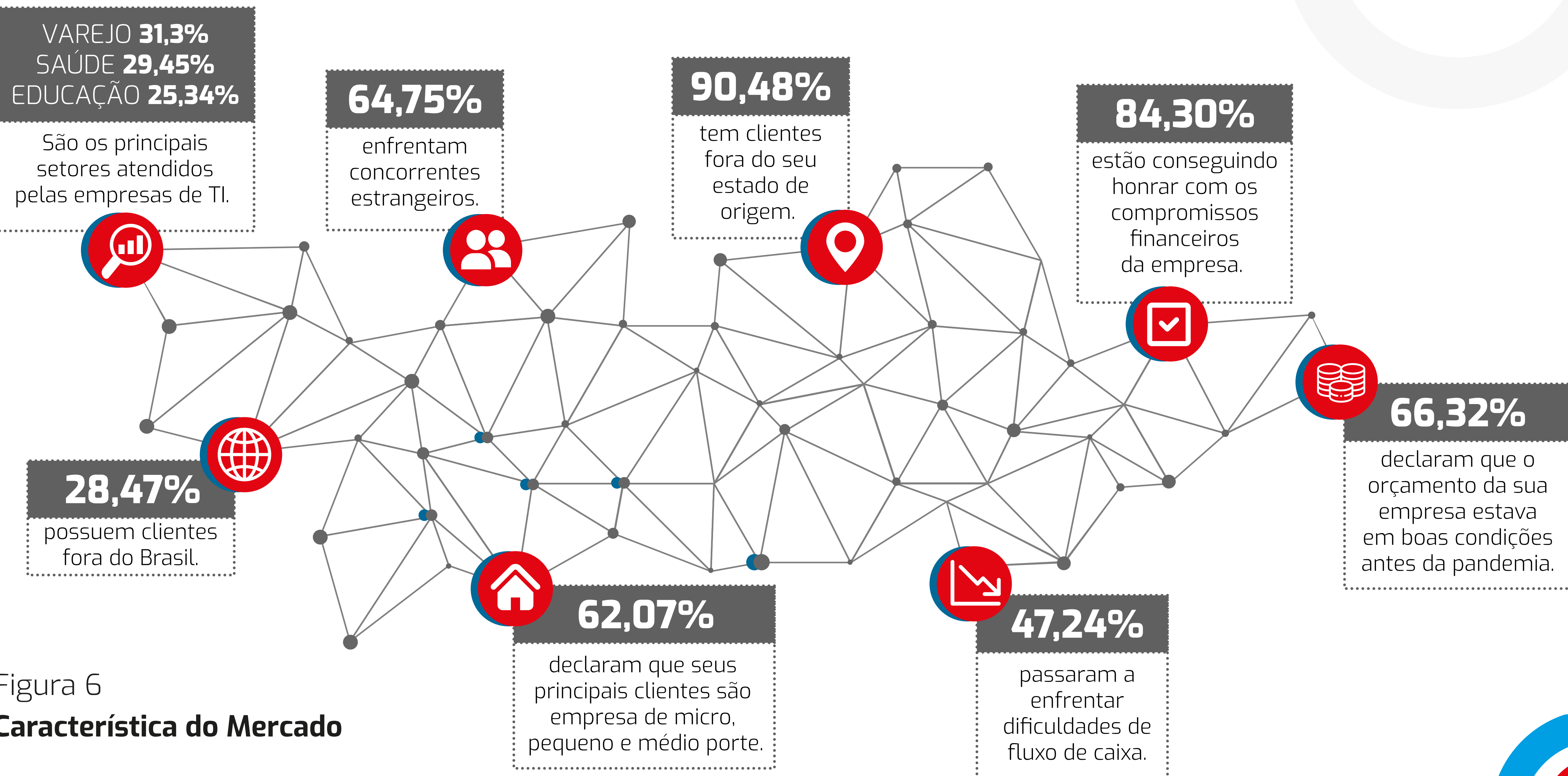


Figura 6
Característica do Mercado

ACESSO A CRÉDITO

A primeira parte da pesquisa foi dedicada a levantar informações sobre as condições de acesso, as dificuldades encontradas e percepção dos empresários do setor em relação à aquisição de recursos para o financiamento das atividades produtivas do setor.

A maioria dos participantes (52,74%) informaram que sua empresa já havia buscado soluções de crédito antes da pandemia. Destes, 70,28% declaram que tiveram sucesso na obtenção de crédito.

Com o surgimento da pandemia, 53,48% dos participantes informaram que buscaram soluções de crédito. O Governo Federal criou uma série de linhas de crédito e produziu alterações na regulação econômica no sentido de facilitar o acesso ao crédito durante a pandemia. Essa ação do setor público foi percebida por 83,96% dos participantes. Entretanto, apenas 21,70% declaram que conhecem as linhas e entendem bem o seu funcionamento. Outros 16,04% dos respondentes declaram desconhecer essas modificações.

ACESSO A CRÉDITO

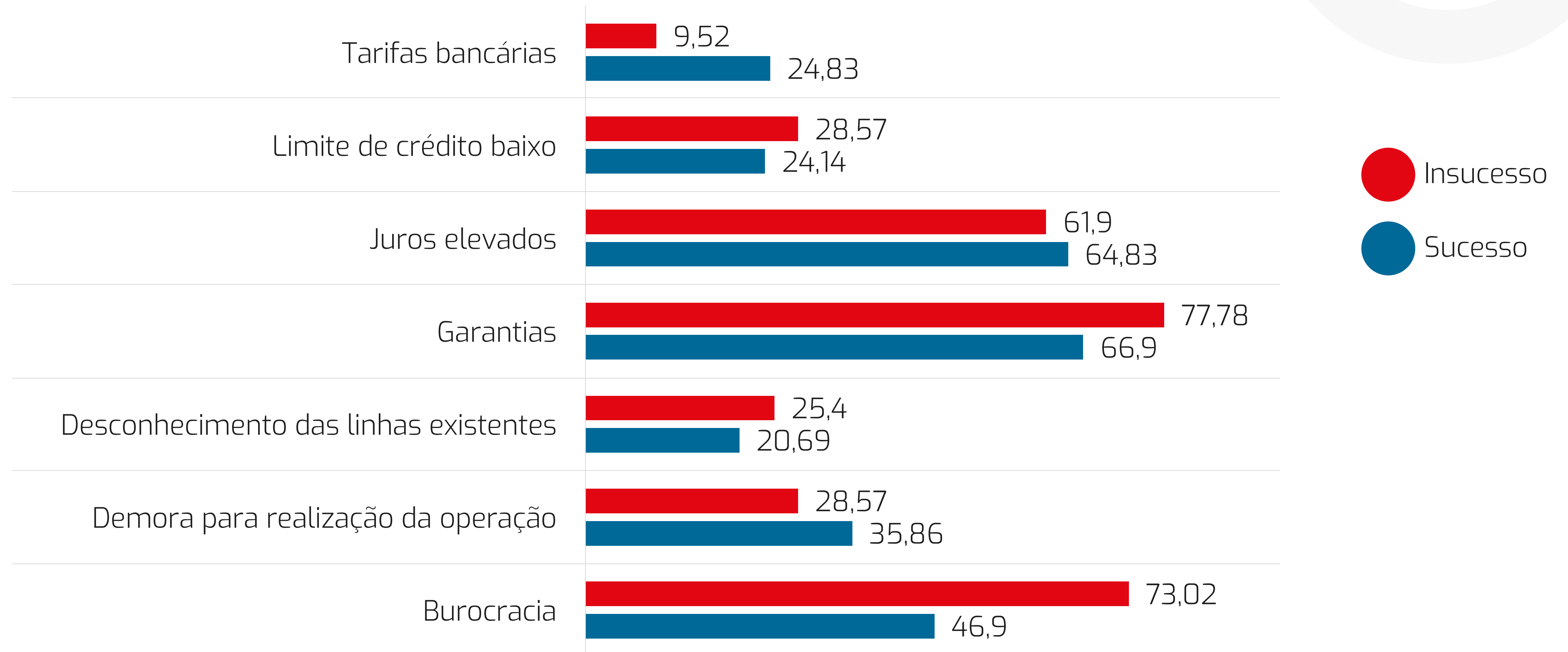


Figura 7
Dificuldades no acesso ao crédito

ACESSO A CRÉDITO

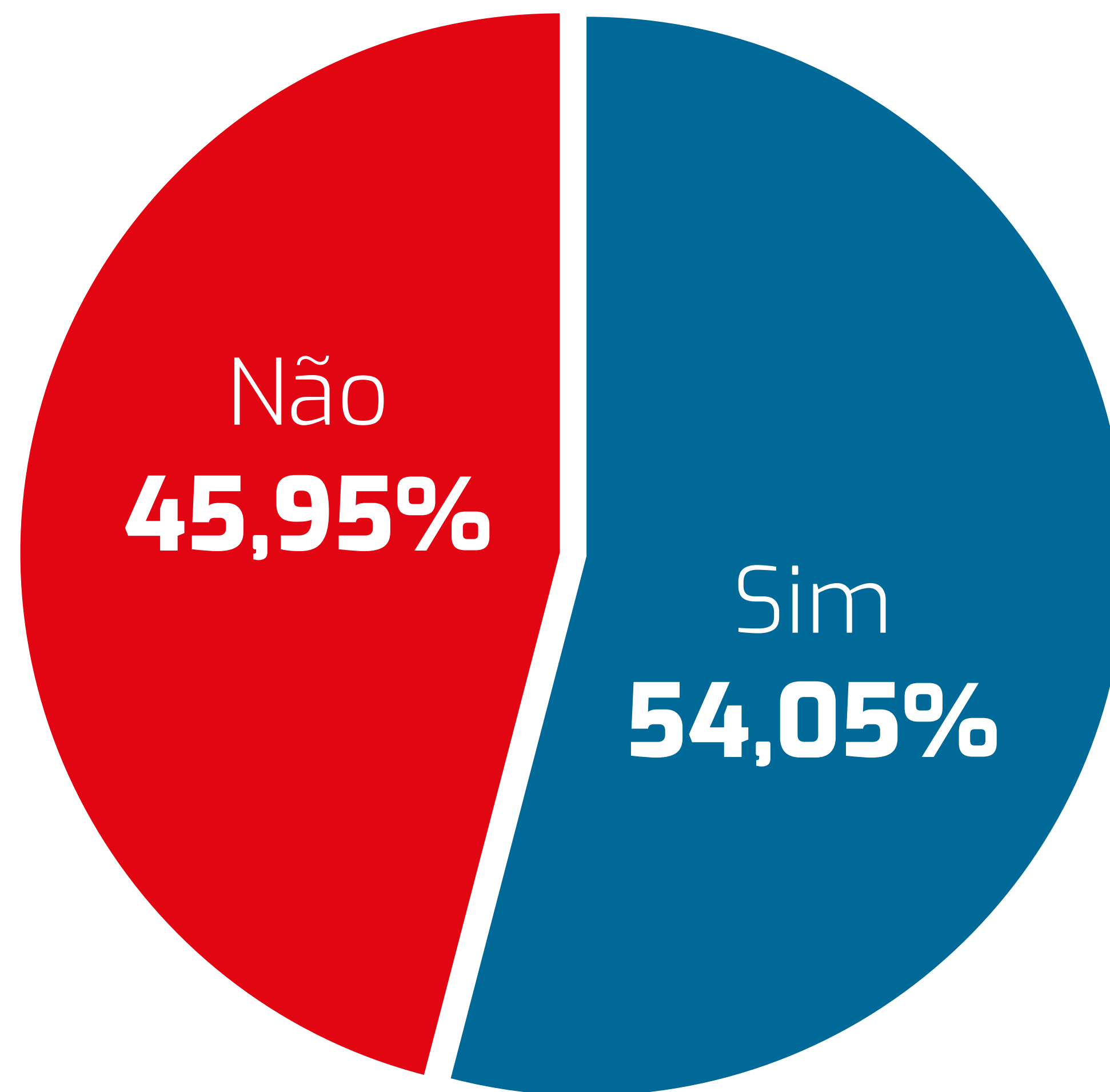


Figura 8

Você conseguiu acessar operações de crédito utilizando os programas criados pelo Governo Federal como resposta à pandemia?

ACESSO A CRÉDITO

É interessante observar a diferença de percepção entre os participantes da pesquisa que tiveram sucesso e aqueles que não tiveram sucesso na procura por crédito antes da pandemia.

Entre aqueles que não conseguiram obter crédito (29,72%), a principal dificuldade apontada foi a exigência de garantias (77,78%), seguida por burocracia (73,02%) e juros elevados (61,90%).

Já entre as empresas que conseguiram acessar crédito, as reclamações são as mesmas, apenas a ordem e a intensidade variam, sendo a principal reclamação são os juros elevados (64,83%), seguida pela exigência de garantias (66,90%) e burocracia (46,90%).

Em ambos os casos há uma participação significativa de elementos que podem ser enfrentados rapidamente pelos órgãos reguladores ou pelas estruturas internas das instituições financeiras com ações voltadas para a simplificação e automatização da estrutura interna de governança e análise e com ações de educação e informação.

DA TRIBUTAÇÃO



A segunda parte da pesquisa é dedicada aos aspectos relacionados à administração dos custos conformidade tributária e as propostas de reforma tributária atualmente em discussão no Congresso Nacional.

CONFORMIDADE FISCAL



A maioria dos participantes (67,31%) declara que a contabilidade da sua firma é exercida por empresa especializada, contratada especificamente para este fim. Outros 20,19% declaram ter optado por uma estrutura mista, com o uso de quadro próprio e terceiros. Apenas 10,58% atuam com equipe interna dedicada às áreas contábil e tributária, e outros 1,92% declaram controlar pessoalmente a contabilidade e a gestão tributária da empresa.

A maioria dos respondentes (52,75%) informam que dedicam mais de 10 horas por mês às questões relacionadas com os aspectos tributários. Isso implica num custo de conformidade elevado para a empresa. Perguntados sobre qual é o peso da administração (custo com pessoal alocado, com serviços terceirizados, outras despesas diretamente relacionadas) das obrigações contábeis e tributárias na sua empresa, 35,30% informam que ela corresponde a mais de 5% do total das despesas, com 15,69% informando que esta participação supera a casa dos 15,69%.

CONFORMIDADE FISCAL

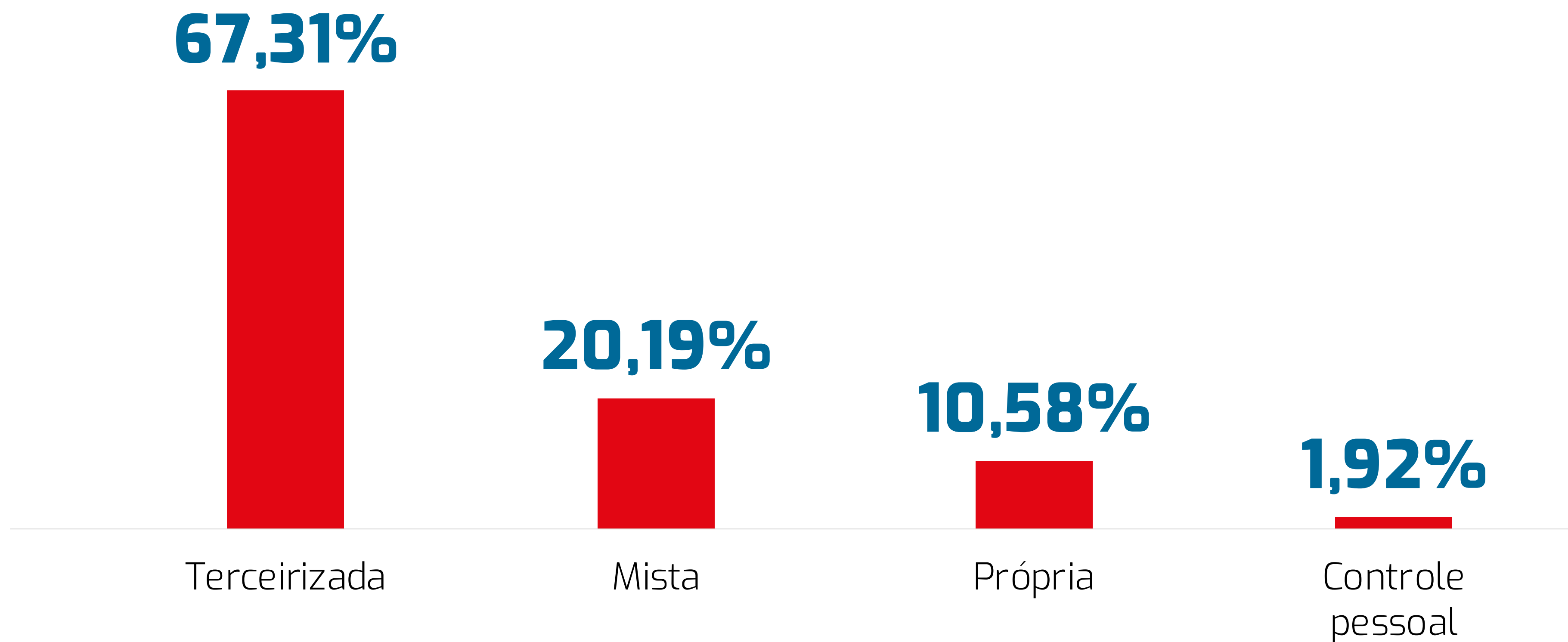


Figura 9

Como você lida com as questões tributárias da sua empresa?

A PROBLEMÁTICA TRIBUTÁRIA

Para 79,93% dos participantes o impacto dos tributos federais sobre a operação da empresa pode ser considerado significativo ou extremamente significativo, sendo dos 3 (três) principais problemas relacionados aos tributos federais o seu custo financeiro (60,39%), a complexidade associada à administração dos aspectos tributários (51,95%) e a falta de incentivo para empresas inovadoras (42,86%).

Também merecem destaque o esforço necessário para manter os tributos em conformidade, apontado como um problema por 41,56% dos participantes, e a percepção de que a tributação é relativamente mais pesada para pequenas e médias empresas do que para grandes empresas (39,61%).

A PROBLEMÁTICA TRIBUTÁRIA

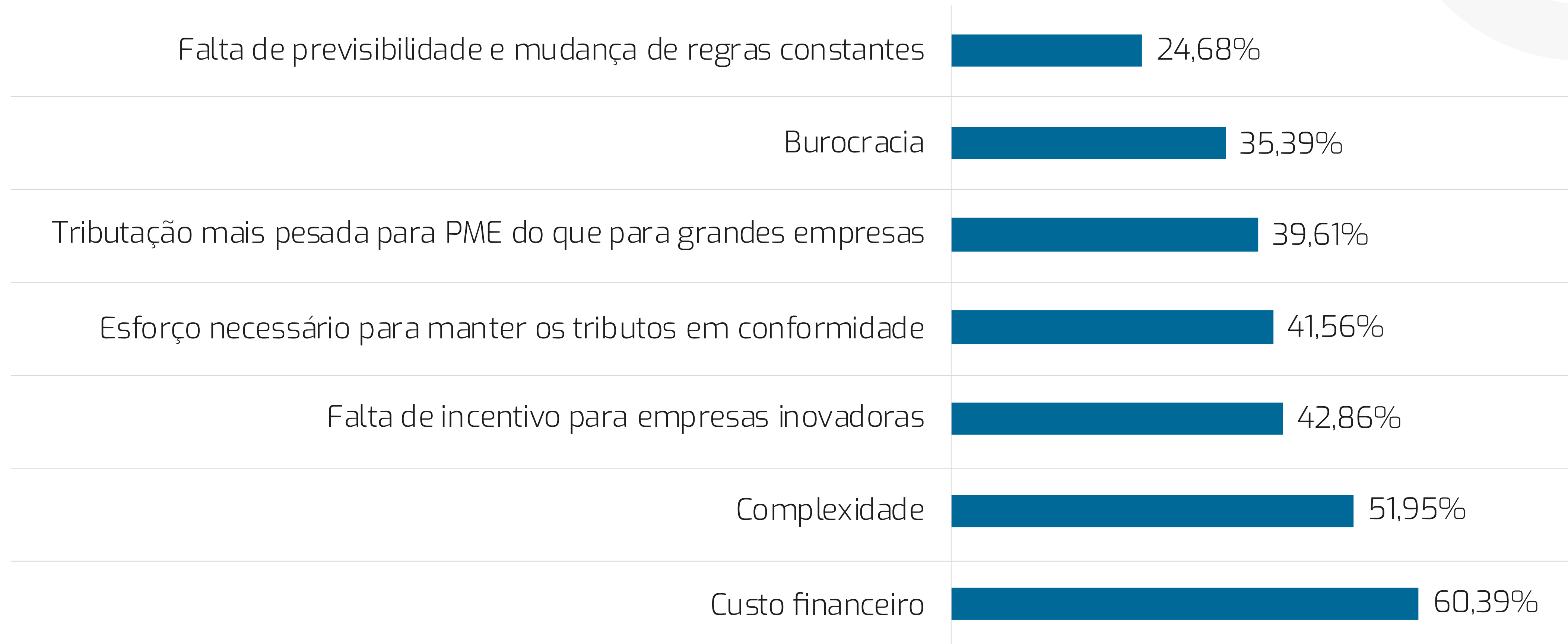


Figura 10
Problemas relacionados aos tributos federais

A PROBLEMÁTICA TRIBUTÁRIA

Outro ponto relevante diz respeito a questão da distribuição da carga tributária. Existe um sentimento de que **a carga tributária não é distribuída de forma justa entre as empresas – sendo relativamente mais pesada para as PME**. Quando questionados se o atual sistema tributário beneficia as grandes empresas, 60,91% dos respondentes informa que concorda fortemente ou parcialmente com essa percepção.

Essa percepção de iniquidade intra e intersetorial se manifesta também na forma como a aplicação da justiça tributária é aplicada. Embora 62,87% dos participantes acredite que **“é grande a possibilidade de uma empresa ser pega praticando uma infração legal em matéria fiscal ou tributária”**, apenas 19,22% acreditam que o sistema beneficia aqueles que pagam regularmente suas obrigações.

A PROBLEMÁTICA TRIBUTÁRIA

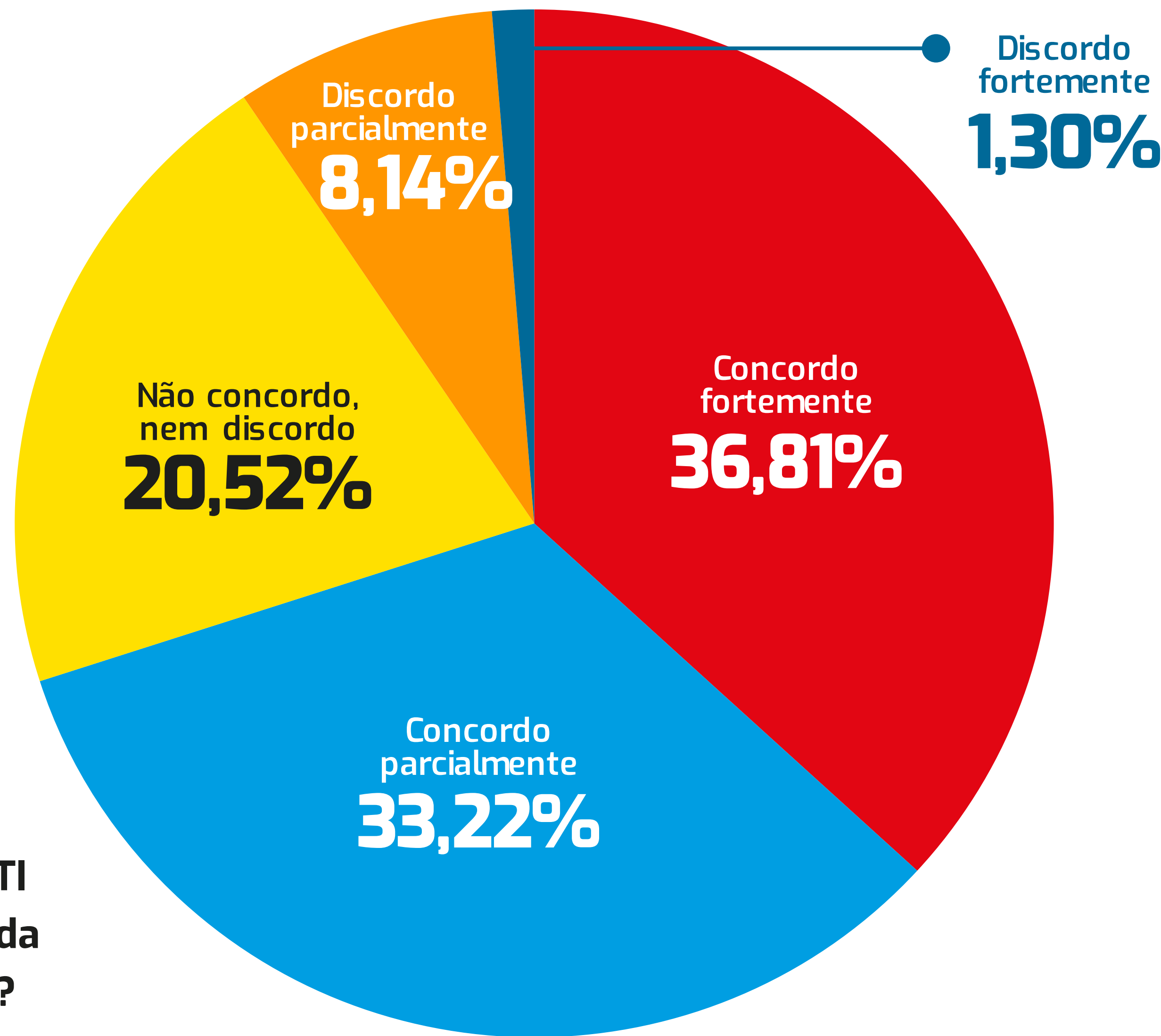


Figura 11
A carga tributária do Setor de TI é desproporcionalmente elevada em relação aos outros setores?

DO IMPACTO DOS TRIBUTOS SOBRE A ATIVIDADE

Em virtude das respostas já colocadas, não é de surpreender que a maioria dos participantes (85,67%) concordem com a afirmação de que **“A carga tributária do Setor de TI reduz a competitividade das empresas nacionais frente aos seus concorrentes externos”**.

A REFORMA TRIBUTÁRIA

Questionados sobre qual deve ser a prioridade da Reforma Tributária, os empresários do Setor de TI informaram que o principal ponto a ser atacado é a redução da carga tributária (58,12%). O objetivo que ficou em segundo lugar – melhorar a eficiência da máquina pública, foi eleita como prioridade por 16,56% dos participantes (número 3,5 vezes menor).

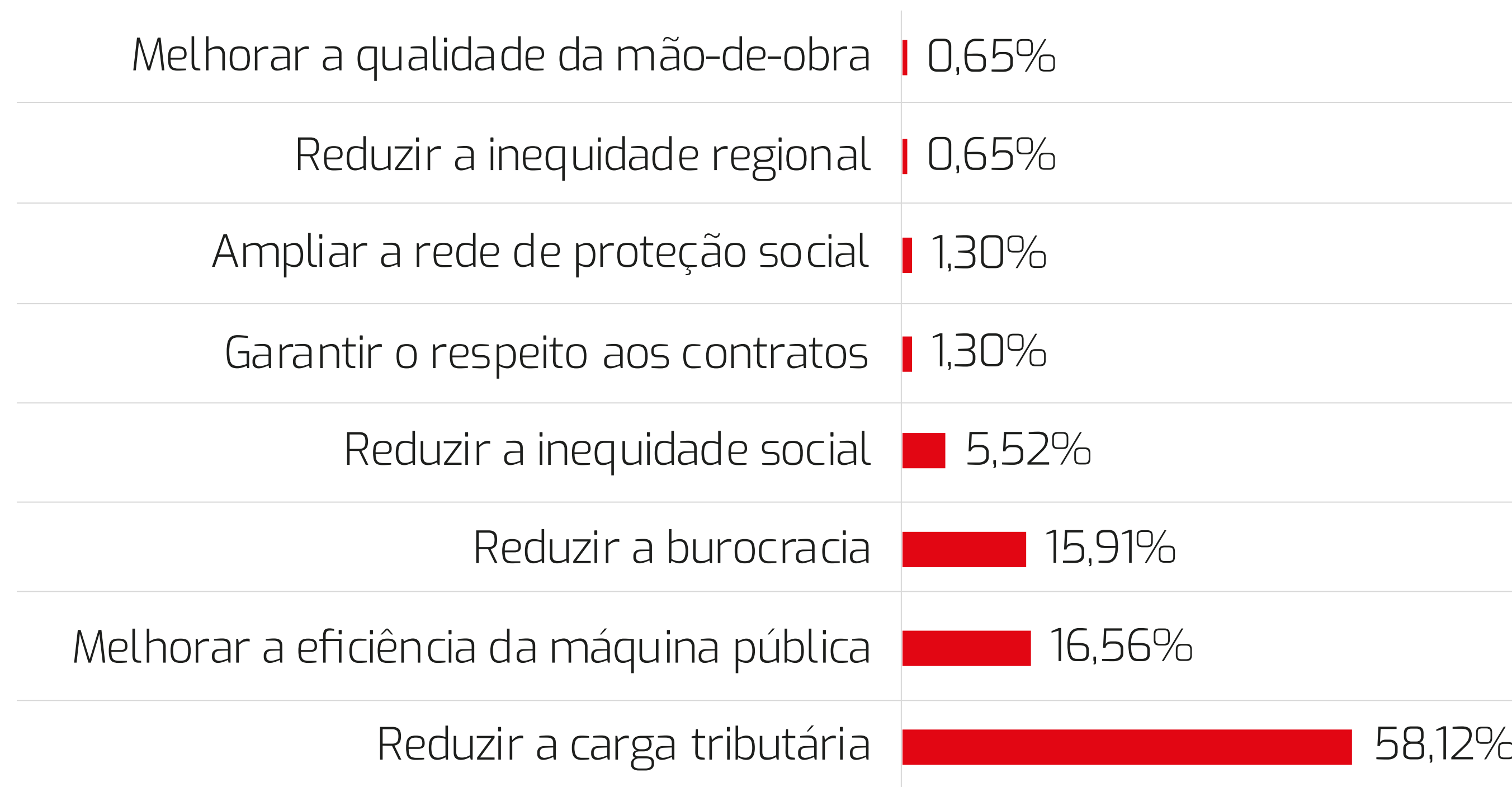


Figura 12
**Prioridades da
Reforma Tributária**

A REFORMA TRIBUTÁRIA

A expectativa em relação aos resultados da Reforma Tributária apresenta um cenário de preocupação dos empresários em relação ao futuro.

A maioria absoluta dos participantes da pesquisa se declara preocupado com a possibilidade de aumento da carga tributária geral (97,72%) e com o aumento da carga tributária para o Setor de TI (97,40%).

Figura 13
Reforma Tributária

Aumento da carga tributária.

Criação de um novo imposto que incida sobre lucro e dividendos.

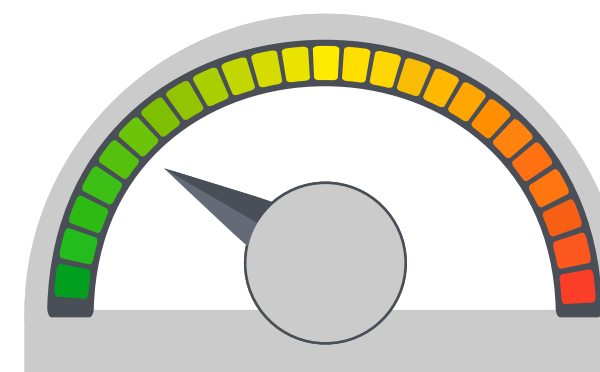
52,27%
são contrários à proposta.

A alíquota de 12% para a CBS é considerada extremamente elevada por 47,40% dos participantes.

98,06% - Criação de novos encargos e tributos para o setor de TI.

95,78% - Aumento da burocracia.

93,85% - Redução da competitividade do setor de TI.



84,14% - Eliminação de deduções, créditos, exclusões e outros benefícios fiscais.

80,19% - Guerra fiscal entre os estados.

A REFORMA TRIBUTÁRIA

Na opinião dos participantes da pesquisa esses serviços devem estar sujeitos a um esquema de tributação mais favorável, com pouco um percentual entre 9% e 18% dos respondentes defendendo a isenção total. Chama a atenção que apenas no que diz respeito aos investimentos em Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) a opinião é majoritariamente favorável (68,32%) a isenção total de tributação.

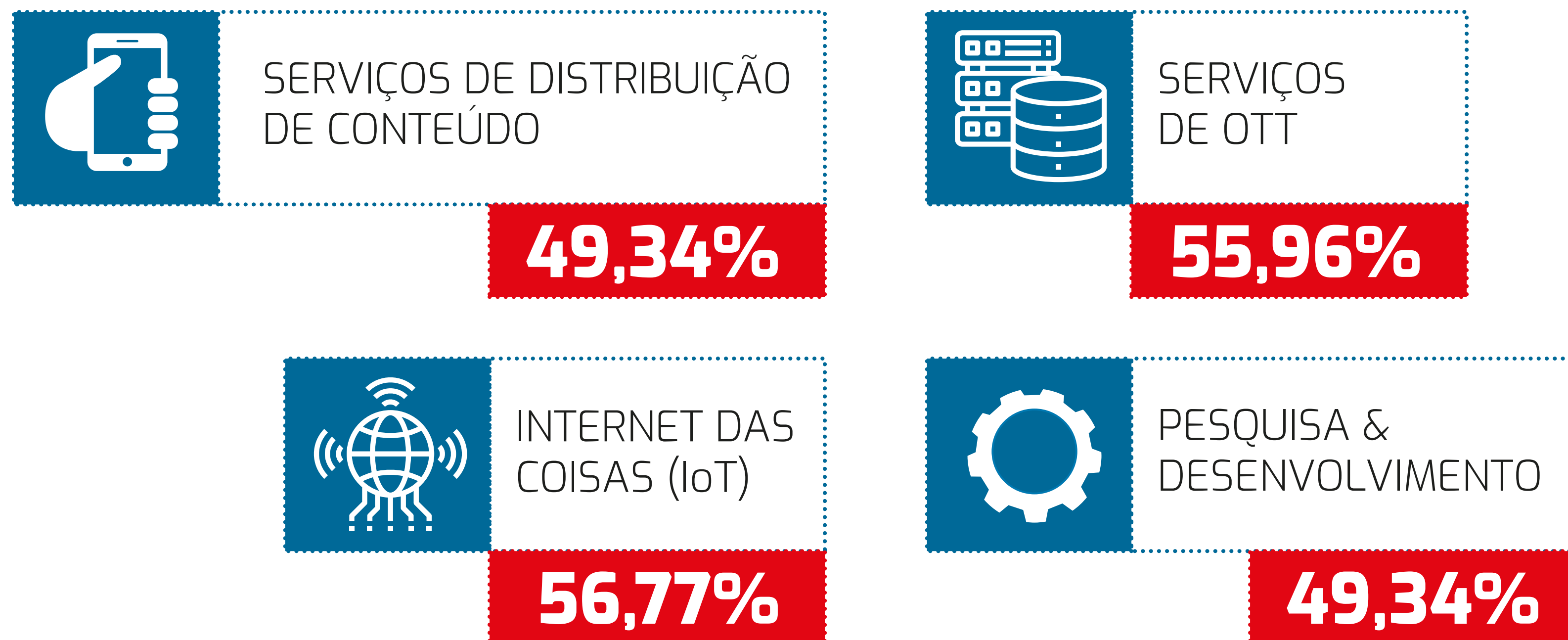


Figura 14
Tributação

A REFORMA TRIBUTÁRIA

Outro ponto importante diz respeito à incidência de tributos sobre operações com o exterior. Para os empresários do Setor do TI a Reforma Tributária deve ser construída no sentido de incentivar a exportação de bens e serviços (31,82%) e reduzir a complexidade relacionada às atividades de comércio exterior (30,52%). Essas respostas estão claramente relacionadas ao grau de abertura do setor à concorrência de empresas estrangeiras e a vocação do Setor para a exportação de bens e serviços.

A dificuldade de avanço da Reforma Tributária é creditada majoritariamente ao conflito entre o Governo Federal e os governos municipais por 43,18% dos participantes. A ação de grupos de interesse (29,55%) e a falta de engajamento do Congresso Nacional (21,43%) são outros fatores apontados pelos respondentes.

Empresas, organizações de qualquer natureza, e mesmo os governos, estão sujeitas a falhas de comportamento funcional, tais como lapsos, falhas de eficiência, de racionalidade, de conformidade às normas, etc. Este fenômeno é observado em todos os locais, independentemente do sistema econômico, social ou político em vigor.

De acordo com a literatura econômica, grande parte dos problemas observados decorre da resposta de indivíduos e de firmas aos incentivos que são permanentemente colocados e retirados no ambiente no qual as transações econômicas são realizadas. Tanto o mercado de crédito quanto o sistema tributário influenciam e são influenciados dessa forma.

Assim sendo, o debate em torno da construção de políticas públicas necessita de um suporte técnico fortemente ancorado em dados e informações que possam alinhar a percepção dos atores envolvidos na formulação, implementação e acompanhamento das políticas públicas com a percepção dos agentes privados, de forma a orientar a atuação tanto do setor empresarial quanto do setor público no sentido consolidar uma tendência de crescimento e fortalecimento da atividade econômica.

Neste sentido, o presente estudo identificou macro objetivos que poderão ser debatidos pelos empresários e especialistas do setor, posteriormente, visando a elaboração de respostas para as dificuldades encontradas pelas empresas de TI. Os 3 (três) macro objetivos estão representados na figura 15 e são: a Simplificação; a Educação Financeira; e a Modernização.

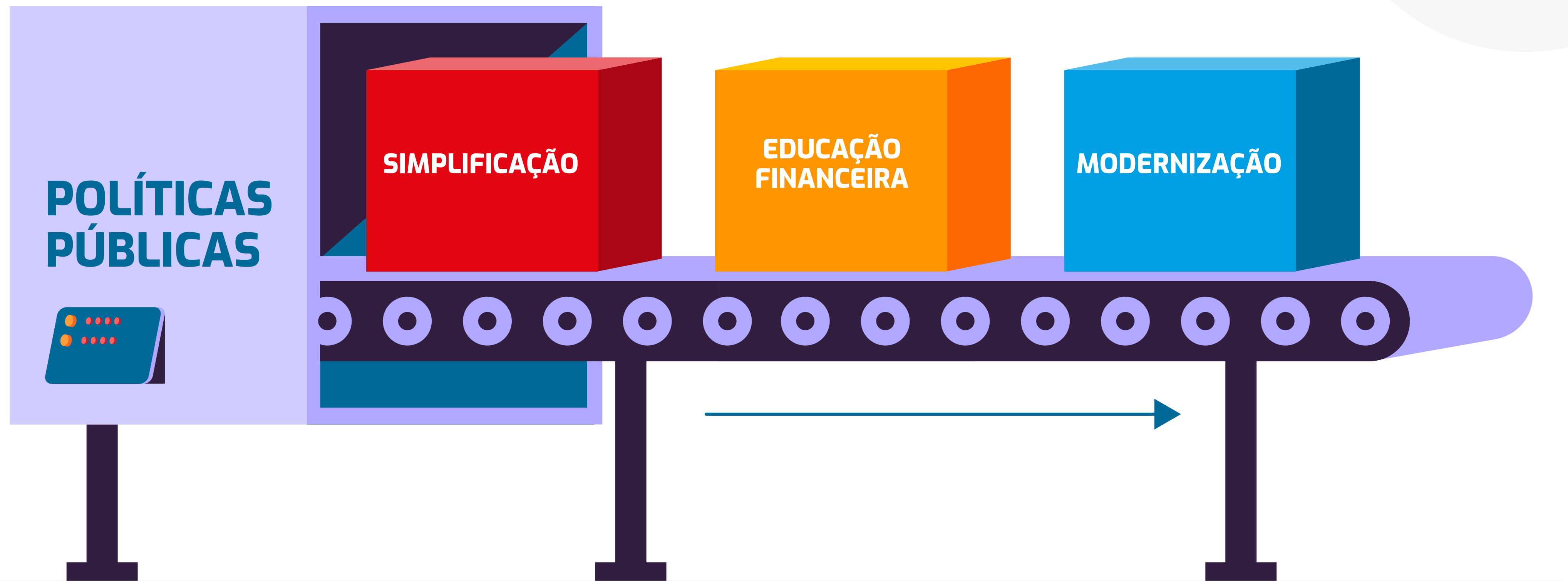


Figura 15
Objetivos das políticas públicas



SIMPLIFICAÇÃO

A burocracia e os custos de comando e controle e de conformidade foram apontados na pesquisa como fatores relevantes no ambiente de negócios do Setor de TI, tanto no âmbito da tributação quanto do acesso à crédito. A preocupação com estes elementos é citada repetidamente na literatura econômica e em pesquisas como o Doing Business.

Não é possível falar da simplificação sem mencionar a reforma tributária. Sem entrar no mérito da forma de tributação das propostas em discussão no Congresso Nacional a pesquisa revelou a preocupação do Setor com o aumento da carga tributária, da complexidade associada ao processo de recolhimento e com a criação de novos tributos.

Tais dados ilustram aos agentes públicos e tomadores de decisão a percepção notadamente negativa quanto às propostas em discussão até o momento, que sinalizam o desincentivo ao investimento e continuidade dos negócios justamente de um setor intensivo em capital humano e com capacidade de remuneração de seus colaboradores mais de duas vezes maior do que a média brasileira.

www.doingbusiness.org

EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Conforme indicado na pesquisa, a falta de conhecimento sobre as linhas de crédito pode ser apontada como um dos fatores que dificultaram, ou até impediram, a obtenção de recursos.

Assim, em uma primeira visão dos resultados apresentados, observamos que a realização de uma aproximação com as entidades financeiras aliado a um trabalho interno do setor com relação à orientação e melhores práticas para acesso ao crédito podem ser debatidas na perspectiva de ações proativas, visando a melhoria do cenário de acesso ao crédito independente da ação estatal.

MODERNIZAÇÃO



A modernização dos processos, tanto relativos ao mercado de crédito quanto à política fiscal e tributária, deve orientar a formulação de políticas públicas e a construção de soluções que aprimorem o ambiente de negócios e reduzam os custos associados ao desenvolvimento das atividades econômicas.

OUTROS PONTOS

A pesquisa aponta a importância de se estabelecer propostas de tributação compatíveis com as peculiaridades da atividade de TI de forma a estimular a competitividade e manter o setor como portador de futuro e avaliar o modelo de tributação de valor agregado como opção de tributação, estabelecendo uma comparação (ganhos & perdas) com as experiências internacionais.

Da mesma forma, vislumbra-se a necessidade de conhecer a cadeia produtiva de TI e meios de viabilização de mecanismos de garantia mais aderentes num cenário de oferta de financiamento ainda conservadora, uma vez que este foi o elemento indicado na pesquisa como a principal dificuldade para acesso ao crédito.

REALIZAÇÃO



EXECUÇÃO

Foco Assessoria e Consultoria

**JUNTOS
SOMOS MAIS +**

www.assespro.org.br

+ 55 (61) 3201-0932

staff@assespro.org.br

SRTVS Qd. 701, Bloco A, Salas 829-831
Edifício Centro Empresarial Brasília
CEP 70340-907 – Brasília/DF

[in](#) [f](#) [ig](#) [tw](#) [yt](#) **assespronacional**